
 Gabriela Brito de Lima Silva¹
 Elisabetta Recine¹

¹ Universidade de Brasília,
Faculdade de Ciências da Saúde,
Programa de Pós-Graduação em
Nutrição Humana. Brasília, DF,
Brasil.

Correspondência
Gabriela Brito de Lima Silva
gabii.bls20@gmail.com

Este manuscrito é baseado na tese de doutorado em processo de construção, intitulada "Interseções entre gênero, raça e classe em ambientes alimentares domésticos e seus impactos na promoção da alimentação saudável", autoria de Gabriela Brito de Lima Silva, sob orientação de Elisabetta Recine. Universidade de Brasília. Ano de Finalização: 2024.

Implicações das relações de gênero nos ambientes alimentares domésticos saudáveis

Implications of gender relations in healthy home food environments

Resumo

Ambientes alimentares domésticos condicionam oportunidades e práticas que se relacionam à nutrição e à promoção da alimentação saudável. Devido às construções de gênero, as mulheres têm papel fundamental nesses contextos, estando associadas historicamente e culturalmente ao cuidado alimentar nos domicílios. Considera-se que fatores como raça e classe social proporcionam diferentes experiências e níveis de agência feminina em ambientes alimentares domésticos, reverberando sobretudo na alimentação e na saúde. A partir disto, este ensaio propõe uma reflexão sobre as repercussões das relações entre gênero e ambientes alimentares domésticos. Discute-se também como os desdobramentos das interações entre as desigualdades de gênero, raciais e econômicas incidem na organização e no cuidado com a alimentação, a partir de aspectos que vão desde a aquisição e preparo de alimentos saudáveis, a padrões de consumo criados. Conclui-se que a falta de compartilhamento do trabalho doméstico, a dupla jornada, a sobrecarga, a dificuldade de acesso a recursos e alimentos e a vulnerabilidade socioeconômica são alguns dos fatores que desafiam a constituição de ambientes alimentares domésticos justos e saudáveis.

Palavras-chave: Ambiente Alimentar. Alimentação Saudável. Trabalho Feminino. Desigualdade de Gênero. Interseccionalidade.

Abstract

Home food environments provide opportunities and practices related to food and nutrition and the promotion of healthy eating patterns. Due to gender constructions, women play a key role in these contexts, being historically and culturally associated with food care at home. Race and social class are considered factors that provide different experiences and levels of female agency in home food environments, with special impact on nutrition and health. Based on this, the present study proposes a reflection about the repercussions of relations between gender and home food environments. It also discusses how unfolded interactions between gender, race and economic inequalities affect food organization and care based on aspects that range from purchase and preparation of healthy foods to created consumption patterns. It is concluded that some factors such as unshared household chores, double work shift, overload, difficulty of accessing resources and foods and socioeconomic vulnerability are challenges to be overcome to build fair and healthy home food environments.

Keywords: Food Environment. Healthy Eating. Women's Work. Gender Inequality. Intersectionality.

INTRODUÇÃO

Os sistemas alimentares atuais tornaram-se agenda em diversas áreas e estudos, que apontam para a necessidade de uma transformação completa das dinâmicas que causam impactos ambientais, socioeconômicos, culturais e na saúde pública.^{1,2} Segundo o High-Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition (HLPE),¹ as principais dimensões dos sistemas alimentares são: as cadeias de produção-abastecimento alimentar; os ambientes alimentares e o comportamento dos consumidores. Tais dimensões, quando concebidas de maneira saudável e sustentável, promovem uma alimentação saudável e adequada.²

A pauta sobre os ambientes alimentares tem ganhado força nas discussões em torno dos sistemas alimentares, tendo em vista a influência de fatores macroestruturais nas escolhas alimentares, nos domínios externos e pessoais.^{3,4} Entende-se por ambiente alimentar o contexto físico, econômico, político e sociocultural que delimita a interação das pessoas com o sistema alimentar na tomada de decisão sobre os processos de aquisição, preparo e consumo dos alimentos.¹

Espinoza et al.³ definem cinco modelos de ambientes: doméstico, em vias públicas, institucional, de restauração e de abastecimento dos alimentos. Dentre estes, o ambiente doméstico é considerado um dos mais complexos, devido à diversidade de domicílios, à sua condição de espaço de socialização primária, de definição de preferências e de tradições culturais.³

As mulheres têm, histórica, cultural e socialmente, papel fundamental nos ambientes alimentares domésticos, por estarem associadas diretamente às práticas de cuidado com a alimentação familiar.^{5,6} Estas se traduzem cotidianamente em aspectos como a tomada de decisão sobre as escolhas alimentares, os processos de aquisição dos alimentos, o preparo por meio da culinária, a partilha e a diversificação das refeições.⁵⁻⁷

Observa-se que tais dinâmicas são consideradas desdobramentos das relações de gênero e do trabalho doméstico, e tendem a se intensificar no contexto da pandemia de Covid-19 e de isolamento social.⁸ Logo, a refeição pode ser considerada uma dimensão privilegiada do cuidado, do ponto de vista da continuidade da oferta, da qualidade da alimentação proporcionada diariamente e das questões socioculturais que giram em torno do comer.⁹

Nota-se que nem todas as mulheres vivenciam tal responsabilidade do mesmo modo. As práticas de saúde e de cuidado com a alimentação são atravessadas por questões estruturais que revelam inúmeras realidades, principalmente no cenário brasileiro, cujas desigualdades raciais, de gênero e socioeconômicas são historicamente construídas e consideradas determinantes sociais de saúde.¹⁰

Canuto, Fanton & Lira¹⁰ afirmam que a avaliação de iniquidades sociais e econômicas no acesso e consumo de alimentos no país torna-se fundamental para qualificar políticas públicas de saúde, alimentação e nutrição. Nesse sentido, é importante compreender que as escolhas e o consumo alimentar dos indivíduos no contexto dos ambientes alimentares domésticos perpassam aspectos complexos e requerem uma abordagem integralizada, que proporcione a proteção e promoção de uma alimentação saudável e adequada a partir de contextos reais.

Assim, este ensaio propõe uma reflexão sobre as repercussões das relações de gênero nos ambientes alimentares domésticos, destacando em paralelo como as desigualdades de raça e classe interagem nesse contexto. Inicialmente, faremos breves considerações sobre os ambientes alimentares, com o objetivo de apreender melhor esse componente do sistema alimentar. Em seguida, abordaremos o ambiente alimentar doméstico e sua conexão com o trabalho feminino, evidenciando alguns debates do campo dos estudos feministas sobre o cuidado. Por fim, discutiremos aspectos das relações entre gênero, raça e classe e ambientes alimentares domésticos, por meio de estudos empíricos.

Aspectos dos ambientes alimentares

Como apontado, os ambientes alimentares referem-se ao contexto físico, econômico, político e sociocultural que se relaciona com a interação entre as pessoas e o sistema alimentar de maneira mais ampla.¹ Por se tratar de um conceito abrangente, os ambientes alimentares envolvem múltiplos aspectos que conformam uma dinâmica complexa que se estabelece entre os processos de escolha, aquisição e consumo dos alimentos pelos indivíduos.⁴

A escolha alimentar não é uma decisão simplesmente pessoal, considerando que a alimentação é moldada pelo cenário e impulsionada por fatores sistêmicos mais profundos.² Assim, os preços dos alimentos, padrões de compra, marketing e rotulagem, políticas alimentares e agrícolas, diretrizes alimentares, qualidade sanitária, mobilidade, condições geográficas, tipos de comercialização, propriedades dos alimentos, o tempo e estrutura disponível para cozinhar, conhecimentos e habilidades sobre o preparo dos alimentos, as preferências, normas culturais e múltiplos outros elementos interferirão na configuração dos ambientes alimentares.¹⁻⁴

As mudanças causadas pela globalização, industrialização, pelo ultraprocessoamento dos alimentos e mudanças nos sistemas agrícolas fazem com que os sistemas alimentares atuais não permitam escolhas saudáveis.^{2,4} Tais circunstâncias têm impacto direto na forma como os indivíduos realizam suas escolhas e consumo alimentar, bem como organizam sua alimentação.

Semelhante a isto, o modo no qual as pessoas acessam os alimentos, a qualidade e os tipos de alimentos adquiridos, as formas de preparação e consumo e os significados socioculturais associados ao ato de comer são fatores que podem contribuir para a manutenção ou transformação das características dos sistemas alimentares.² Observa-se então que a articulação entre os ambientes alimentares e os sistemas alimentares reverberam de modo sistêmico no estado nutricional das populações.^{2,4}

O estudo sobre as influências do ambiente na alimentação ainda é um campo em crescimento e vem sendo alinhado às discussões sobre as iniquidades e os desequilíbrios dos sistemas alimentares hegemônicos.² Destaca-se que as pesquisas sobre ambiente alimentar realizadas até o momento têm se debruçado, em grande medida, sobre o aumento da obesidade e das doenças crônicas não transmissíveis nos países desenvolvidos.⁴

As desigualdades sociais colocam desafios na coleta e análise de dados em outros contextos. Além disso, a diversidade de conceitos sobre ambiente alimentar, métodos e ferramentas impõe alguns desafios.^{2,4} Acredita-se que o refinamento crítico e as adequações teóricas metodológicas nesse campo de pesquisas podem proporcionar uma abordagem integrada que favoreça análises sobre a alimentação também em países em desenvolvimento.⁴

Razões sociais, políticas, culturais e econômicas são determinantes dos ambientes alimentares, pois afetam modos de vida, dificultam o acesso a alimentos e contribuem para desigualdades alimentares.³ Ao se estabelecerem de forma assimétrica, tais motores restringem o acesso de alguns grupos a alimentos saudáveis e proporcionam resultados desiguais em alimentação e nutrição.² Sendo assim, ambientes alimentares saudáveis, regulados e justos equivalem a uma disponibilidade e acessibilidade mais equitativa de alimentos, permitindo que as pessoas façam escolhas alimentares com o potencial de melhoria da alimentação e promoção da saúde.¹

Nota-se uma diversidade de estudos sobre ambientes alimentares utilizando análises quantitativas acerca da acessibilidade, disponibilidade e preços dos alimentos, o que revela que abordagens qualitativas e sobre experiências permanecem pouco estudadas.^{4,11,12} Destaca-se a necessidade de melhor conhecer e compreender os ambientes alimentares, incluindo quem, o quê, quando, onde, porque e como ocorre a aquisição e consumo dos alimentos.⁴ Desta maneira, dispor de mais e melhores informações, entender o que os indivíduos estão comendo e como fazem suas escolhas alimentares tende a contribuir para o enfrentamento da má-nutrição em todas as suas formas.^{2,4}

Um aspecto que permanece pouco estudado são os ambientes alimentares domésticos. No Brasil, por exemplo, a comida preparada em casa ainda representa boa parte do consumo alimentar de nossa população. A Pesquisa de Orçamentos Familiares (2017-2018), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que da renda destinada à alimentação, em média 67,2% é utilizada para a aquisição de alimentos que serão consumidos nos domicílios.¹³ Portanto, os ambientes alimentares domésticos são espaços críticos para as decisões sobre compra, preparo e consumo de alimentos, além do desenvolvimento de conhecimentos e preferências alimentares.^{2,3}

Salienta-se que o ambiente alimentar doméstico engloba elementos complexos e sistêmicos que, ao interagirem, influenciam os processos de escolha, preparação e consumo dos alimentos nos domicílios.¹⁴ Por exemplo, oferta de empregos, perfil dos salários, seguridade social, programas de distribuição de renda etc. interferem nas condições de vida das pessoas, impactando no acesso aos alimentos, tendo em vista a instabilidade econômica. Desta maneira, o *status* financeiro incide na aquisição e gerenciamento da alimentação, em níveis de quantidade, qualidade e variedade.^{2,14}

Além disso, o ambiente alimentar doméstico pode ser considerado um ambiente complexo e dinâmico, pois a comida em casa também é afetada pela disponibilidade de alimentos em outros espaços.¹⁵ Os alimentos são ofertados a partir de uma ampla variedade de canais, que incluem mercearias, lojas de conveniência, hortas comunitárias, restaurantes, mercados, supermercados, etc.¹⁴

O ambiente doméstico se inter-relaciona com o ambiente comunitário, na medida em que a proximidade, a infraestrutura e a mobilidade impactam diretamente na relação entre alimentação em casa e seu entorno.⁷ Uma vez presentes em casa, os alimentos se tornam parte da dinâmica de seus integrantes e sua composição física. Características como a visibilidade dos alimentos, a estrutura e o desenho da casa e da cozinha e a presença de equipamentos e utensílios colaboram com decisões sobre o que adquirir, o que preparar e o que comer no espaço doméstico.¹⁴

É importante frisarmos que a presença de alimentos no âmbito doméstico está associada também às preferências alimentares do grupo familiar e às tradições culturais dos indivíduos. Ademais, regras e práticas parentais, a estrutura familiar, o tamanho da família e a organização das tarefas também são fatores que influenciam o comer em casa.¹⁴

Deste modo, a mulher enquanto responsável pela gestão da alimentação em casa, do ponto de vista da compra e preparo dos alimentos, tem uma influência particular sobre os hábitos alimentares das famílias e nas decisões alimentares.¹⁵ Logo, considera-se crucial refletir sobre as relações entre os ambientes alimentares domésticos, o trabalho feminino e o cuidado, como faremos a seguir.

Trabalho feminino, cuidado e ambientes alimentares domésticos

Ao longo do tempo, as Ciências Sociais vêm discutindo o rompimento da noção de indivíduo determinado pela biologia, reconhecendo a noção de ser humano construído sobre bases da cultura e da história. O conceito de gênero é uma categoria utilizada para abordar as dimensões das vivências de homens e mulheres do ponto de vista sociocultural. Deste modo, considera-se que há uma expectativa da sociedade em relação às maneiras como homens e mulheres devem atuar e se comportar que não se enquadra no plano biológico, mas sociocultural.¹⁶

Nesse sentido, cuidar é considerada uma tarefa associada historicamente às mulheres, sobretudo em relação à maternidade. O cuidado é compreendido como uma prática social, um conjunto de atividades materiais e de relações ligadas ao papel sociocultural feminino, que visam atender às necessidades subjetivas e concretas dos indivíduos. Tal movimento requer disposição emocional e implica um sentido de responsabilidade em relação à vida

e ao bem-estar do outro.⁸ Cuidar é uma atividade regida pelo gênero e, longe de ser um atributo natural feminino, constrói-se nas relações cotidianas, por meio das observações das atividades diárias.¹⁷

Satisfazer as necessidades referentes à alimentação no espaço doméstico, por meio de tarefas e ações direcionadas, pode ser considerada uma atividade feminina e relacionada ao cuidado. A naturalização desta relação pode ser observada, por exemplo, ao analisarmos dados do IBGE. Dentre sete atividades domésticas e de cuidados realizadas pelas pessoas no ano de 2018, cozinhar foi a tarefa que apresentou a maior diferença entre mulheres e homens, com a ocorrência de 95,5% e 60,8%, respectivamente.¹⁸

Destaca-se também que cozinhar é um terreno fértil para a construção de afetos, memórias e saberes ancestrais que são transmitidos geracionalmente nas experiências cotidianas.^{5,19} Nesse contexto, ter a capacidade de pensar, decidir e agir para preparar refeições utilizando em maior parte alimentos *in natura*, frescos e diversificados, revela a presença de uma autonomia culinária, que amplia a possibilidade de promoção da saúde no âmbito doméstico.²⁰ Portanto, cozinhar é uma atividade que promove benefícios associados à saúde das pessoas, pois contribui para o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis e estimula a manutenção de conhecimentos e práticas culturais.²¹

A partir destes apontamentos, podemos refletir que o cuidado com a alimentação como uma prática feminina naturalizada implica a construção de ambientes alimentares domésticos saudáveis, considerando a atuação das mulheres no planejamento, gerenciamento e execução das ações que envolvem a escolha e o consumo alimentar. Nesse sentido, Petrics & Stamoulis⁷ pontuam que dimensões do ambiente, como a acessibilidade, a viabilidade econômica, a conveniência e a desejabilidade são diretamente atravessadas pelas desigualdades de gênero que permeiam a vida das mulheres.

Um exemplo que podemos destacar diz respeito a acessibilidade e mobilidade feminina. A distância das unidades de varejo para aquisição de alimentos e o uso do tempo, por exemplo, são fatores que interferem no planejamento e consumo dos alimentos.^{3,7} Observa-se que a presença de varejistas e a concentração de estabelecimentos de comercialização de alimentos têm papel fundamental nas escolhas alimentares e na saúde dos indivíduos. Viver próximo a feiras e mercados que disponibilizam alimentos *in natura* influencia as ações relacionadas a uma alimentação saudável.²²

Na combinação das atividades domésticas e de cuidados com os deslocamentos para o trabalho, por exemplo, as mulheres criam estratégias para dar conta de diferentes atividades de acordo com o tempo e a estrutura espacial disponível. Dessarte, a compra e o preparo da alimentação são atividades nas quais o esforço e dedicação se naturalizam e são incorporadas a uma rotina de conciliação entre casa e trabalho.⁷

O poder de compra, a renda, a empregabilidade e a dependência econômica estão estreitamente ligados à viabilidade econômica e ao acesso aos alimentos. Esses fatores reverberam na possibilidade de obtenção de uma alimentação saudável.^{1,2,4} Destacamos que estes representam um intenso debate no campo dos estudos feministas quando se analisam a participação feminina no mercado de trabalho e os níveis de renda.²³

Segundo dados do IBGE,²⁴ a taxa feminina no mercado de trabalho é menor que a masculina, sendo 54,5% e 73,7%, respectivamente. Além disso, as mulheres receberam 77,7% do total de rendimento dos homens no ano de 2019.²⁴ Em relação à ocupação dos cargos, observa-se que as mulheres negras estão inseridas nas atividades mais precárias e menos remuneradas. Dados do IBGE²⁵ também apontam que a força de trabalho feminina negra recebeu cerca de 44% do salário médio total dos homens brancos, por exemplo.

A má remuneração feminina e o alto índice de envolvimento com o emprego informal, expressivo de um cenário de irregularidades,²³ dificultam não só o acesso feminino a alimentos em quantidade e qualidade suficientes, mas também influenciam o planejamento das refeições que serão consumidas por elas e pelos demais membros

da família.⁷ Tal fato se torna ainda mais complexo quando se observam as famílias monoparentais com chefia feminina, nas quais a renda da mulher é a única disponível para a compra de alimentos.^{7,14}

Outro ponto que podemos destacar, segundo Petrics & Stamoulis,⁷ refere-se à dimensão da conveniência. Esta diz respeito ao contexto de atendimento das necessidades alimentares de acordo com as condições materiais e imateriais estabelecidas. Portanto, questões como tempo e esforço para cozinhar e consumir os alimentos, estrutura física, habilidades culinárias e conhecimento dos alimentos são alguns dos elementos que influenciam no consumo de alimentos saudáveis.^{1,9}

A dupla jornada de trabalho feminina repercute não só na sobrecarga de trabalho e exaustão, mas principalmente na configuração de ambientes alimentares domésticos, por estarem associados frequentemente à restrição do tempo disponível para o preparo das refeições. Assim, o consumo de alimentos ultraprocessados e *fast foods*, por exemplo, é utilizado como recurso de superação da falta de tempo.^{7,26}

Ao realizarmos uma análise mais complexa dessas relações, notamos que o modo como a alimentação é organizada no domicílio e a falta de compartilhamento das atividades são um dos principais fatores que pressionam para que as práticas alimentares domésticas sejam mais “convenientes”, e não necessariamente a inserção feminina no mercado de trabalho.

Destacamos que o debate sobre a organização social do cuidado²⁷ deve englobar a discussão de como a sociedade organiza o cuidado com a alimentação e como as mulheres estão inseridas nesse nexos. Portanto, acabar com o fardo de todas as formas de má-nutrição e promover uma alimentação saudável deve ser uma responsabilidade coletiva,² e a pauta sobre trabalho feminino um ponto-chave para se pensar os ambientes alimentares domésticos saudáveis.

Destacamos que as condições socioeconômicas influenciam na intensidade das transformações e problemas alimentares.¹⁰ Somam-se a isto, as diferentes identidades femininas e suas relações com a discriminação racial e a opressão de classe, por exemplo, influenciando as relações entre as mulheres e a alimentação no ambiente alimentar doméstico. A partir deste ponto, consideramos importante refletir sobre estas questões, como faremos a seguir.

Ambientes alimentares domésticos: relações entre gênero, raça e classe

Como já sinalizado, as mulheres vivenciam diferentes situações sociais que interferem na construção de suas experiências com os ambientes alimentares domésticos. Desta forma, observamos a importância de analisar tais relações por meio de um olhar que integra gênero, raça e classe social como categorias que interagem entre si.²⁸ Os estudos sob essa ótica vêm se intensificando conforme a Interseccionalidade se apresenta como uma ferramenta teórica e metodológica utilizada para analisar a correlação entre diferentes eixos de subordinação da vida das mulheres.^{28,29}

Destaca-se que a Interseccionalidade busca compreender as formas pelas quais as estruturas sociais e econômicas, que se manifestam por meio do racismo, do patriarcado, da opressão de classe e de outros sistemas discriminatórios, criam desigualdades e violam direitos.²⁹ Por isto, dar luz às interações entre problemas estruturais no contexto dos ambientes alimentares domésticos permite reconhecer a existência das diferentes realidades sociais e seus impactos na agência feminina e no contexto nutricional.

O racismo como uma construção ideológica, no qual suas práticas se concretizam em diferentes processos de discriminação, formou uma massa socioeconomicamente marginalizada no Brasil. Atributos culturalmente construídos (como raça) reproduzem também lugares de classe, pois a população negra vivenciou um

desenvolvimento econômico desigual. Frente a isto, as articulações entre as desigualdades de gênero, raça e classe promovem um processo de tríplice discriminação vivenciada por mulheres negras e de baixa renda.³⁰

Segundo Soares & Santos,⁶ o trabalho alimentar na vida doméstica do Brasil envolveu predominantemente a força de trabalho feminina, principalmente de mulheres escravizadas, negras e pobres. Mesmo após o fim oficial da escravidão, a divisão racial do trabalho se manteve, fazendo com que estas continuassem relacionadas diretamente ao trabalho doméstico e à histórica precarização da atividade. Para refletir sobre tal questão, basta observar que do total de pessoas empregadas do serviço doméstico, 63% eram mulheres negras.³¹

As mulheres com renda mais alta têm mais chances de se manter no mercado, sobretudo por utilizarem os serviços de trabalhadoras domésticas, tendo maiores recursos e opções para dar conta da alimentação.²⁷ Situação inversa pode ser observada quando analisamos experiências de mulheres negras e em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. Dados do IBGE, por meio de recortes de cor e raça, indicam que as mulheres pretas e pardas são as que mais dedicam tempo aos cuidados com pessoas e afazeres domésticos, registrando 18,6 horas semanais contra 17,7 horas das mulheres brancas.³²

A inserção feminina no mercado de trabalho e sua relação com as mudanças alimentares, por exemplo, revelam desigualdades. Estudo de Lelis, Teixeira & Silva³³ com servidoras públicas de uma universidade observou que as docentes foram o grupo que menos relataram mudanças nos hábitos alimentares da família. Tal fator estava relacionado ao maior poder aquisitivo, que reverberava na presença de empregadas domésticas nas casas, e a existência de tempo para preparo de refeições, condições estas que não estavam disponíveis para as técnico-administrativas.³³

Ainda no estudo de Lelis, Teixeira e Silva,³³ observa-se a garantia de refeições regulares e cotidianas concedidas pelo melhor poder de compra. As mulheres de maior poder aquisitivo teriam mais oportunidade de manter constância nas refeições e de escolher quais alimentos podem adquirir. Mesmo que haja alimentos industrializados e de conveniência, a presença de alimentos *in natura* torna-se uma opção para elas.¹⁰ Isto se relaciona com dados do estudo de Canuto, Fanton & Lira,¹⁰ no qual o consumo regular de frutas e verduras e uma alimentação mais diversificada são mais frequentes em pessoas brancas e de maior renda que em pessoas pretas, pardas e de baixa renda.

No que tange ao preparo das refeições cotidianas, observa-se a maior possibilidade de abdicação da atividade culinária por mulheres de classe média e alta. Cozinhar pode ser reconhecido como uma atividade de lazer ou cansativa, que pode ser burlada com a ida a restaurantes, com a entrega domiciliar de refeições ou a contratação de empregadas e cozinheiras domésticas. Sendo assim, a opção por alimentos de conveniência ou a frequente alimentação fora de casa, muitas vezes aos finais de semana, são características desse nicho social.^{33,34}

Cozinhar, para mulheres de baixa renda, quase sempre se caracteriza como uma atividade cansativa e desvalorizada, mas que precisa ser realizada. Planejar, preparar e servir alimentos diariamente, mesmo após o trabalho, quando se prepara a marmita dos filhos e cônjuges para o dia seguinte, são ações femininas comuns às mulheres de camadas populares.²⁶

Estudo realizado por Abonizio & Jimenez-Jimenez³⁴ com mulheres da cidade de Cuiabá/MT, em ascensão social e inseridas especialmente nas classes média e alta, identificou que a mobilidade social favoreceu a construção de novos hábitos alimentares e o consumo de novos alimentos, alterando modos de preparar e comer os alimentos. Observou-se que estas tinham recursos e oportunidades financeiras para se preocupar com a sua própria alimentação e saúde, focando no maior consumo de frutas, hortaliças e grãos, por exemplo.³⁴

Quando se trata de mulheres negras e de camadas populares, tal cenário se apresenta de maneira distinta. Dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional,³⁵ de 2020, revelam que

mulheres, pessoas negras e de baixa escolaridade são os grupos que apresentam menor condição de alcançar a Segurança Alimentar e maior exposição a Insegurança Alimentar Grave. Tal aspecto está ligado não só às desigualdades raciais e socioeconômicas, mas também a aspectos culturais, como a possibilidade de privação alimentar de mulheres em situação de vulnerabilidade, em prol da alimentação dos demais familiares.³⁶

Swan³⁷ afirma que mulheres em situação de pobreza tendem a desenvolver conhecimentos complexos, detalhados e extensos sobre os orçamentos familiares, associando a preferências, necessidades e oferta de alimentos. Para a autora, pensar no que todos vão comer é difícil, especialmente quando há poucos recursos financeiros.

Em estudos realizados por Lopes, Jorge & Machado,²⁸ Rotenberg & De Vargas¹⁹ e Ferreira & Magalhães,³⁶ com mulheres em situação de vulnerabilidade social, observou-se que seus hábitos alimentares revelaram conhecimentos sobre os nutrientes e alimentos necessários para se ter uma alimentação saudável. A realização de substituições de alimentos, por exemplo, era desenvolvida a partir de analogias. Além disso, reconheciam a importância do maior consumo de alimentos *in natura*, tais como frutos, hortaliças, verduras, cereais e leguminosas. Apesar disso, a escassez de recursos financeiros não permitia a aquisição dos alimentos que elas julgavam saudáveis.

A maneira como o cuidado alimentar é realizado sustenta as ideias de boa mãe.³⁷ Oferecer a comida adequada para cada idade, a preocupação com a aquisição dos gêneros, a atenção com o horário das refeições, a qualidade e quantidade dos alimentos, o consumo de arroz, feijão, carne e verduras nas principais refeições e frutas e leite nas refeições menores, por exemplo, fazem parte de normas circunscritas que devem ser seguidas e sustentam o ideal de mãe.^{9,36,38}

Observa-se no estudo de Lopes, Jorge & Machado³⁸ e Soares & Coelho,⁹ a preocupação das mulheres em situação de vulnerabilidade com a regularidade das refeições, especialmente no que tange às crianças. Quando há dificuldade de atingir o objetivo esperado em relação à provisão alimentar, a ideia de descuido permeia as relações, pondo em conflito a identidade materna. Tais sentimentos geram sensações que são objetivadas de modo particular, resultando em sensações de inoperância por parte das mulheres.⁹

Swan³⁷ afirma que adquirir alimentos para família, por exemplo, exige das mulheres planejamento, organização e conhecimentos, aspectos que se tornaram problemáticos no contexto da Covid-19. A autora aponta que, em um quadro de pandemia, as mulheres brancas de classe média e alta têm a possibilidade de optar por serviços de *delivery* e entrega de alimentos em casa, sem a necessidade de exposição a espaços de aglomeração. Diferentemente destas, para a autora, mulheres pobres têm que enfrentar ambientes de comercialização de alimentos, aventurando-se e se arriscando em maior grau à Covid-19.

As desigualdades relacionadas a disponibilidade, acesso e preparo de alimentos se exacerbam em meio à pandemia, pois a vulnerabilidade socioeconômica e o confinamento causado pela necessidade de isolamento social dificultam a relação entre as mulheres e o trabalho do cuidado com a alimentação, agravando as desigualdades sociais e econômicas.³⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os ambientes alimentares são contextos cruciais para a promoção da alimentação saudável, por oportunizarem condições relacionadas aos processos que envolvem a aquisição, escolha e consumo dos alimentos, frente a um sistema alimentar mais amplo. Desta maneira, o ambiente alimentar doméstico merece destaque por ser o espaço de socialização primária, de construção de experiências cotidianas com a alimentação e da regularidade das refeições diárias, e tem como principal agente promotora de saúde a mulher.

Observamos que as interações entre as desigualdades raciais, de gênero e econômicas têm uma importante ênfase na organização do cuidado com a alimentação doméstica, na aquisição e preparo de alimentos saudáveis e nos padrões de consumo criados, o que revela a importância de uma análise interseccional. Nesse ponto, é necessário reconhecer como as construções de gênero, o racismo e as disparidades entre as classes sociais circunscrevem a agência das mulheres nos ambientes alimentares domésticos.

A falta de compartilhamento das atividades domésticas, a dupla jornada, a sobrecarga, a cobrança, a dificuldade de acesso aos recursos, a mobilidade, a vulnerabilidade socioeconômica, dentre outros, são alguns dos aspectos que interferem na construção de ambientes alimentares domésticos justos e saudáveis, e emergem em intensidades distintas, de acordo com as diferentes realidades femininas.

Portanto, pontuamos a urgência do fortalecimento de políticas de combate ao racismo e de melhoria das condições sociais e econômicas das mulheres, principalmente negras e pobres, garantindo seus direitos. Consideramos que isto possibilita maior eficácia e sustentabilidade de medidas que promovem ambientes alimentares saudáveis. Ações como ampliação de vagas em creches, implantação de cozinhas comunitárias, educação culinária nas escolas, valorização na divisão do trabalho doméstico e de cuidado alimentar e melhores oportunidades de emprego, por exemplo, são medidas que devem ser destacadas no debate público.

Não obstante, outras ações podem ser proporcionadas com o intuito de transformar princípios e práticas socioculturais. Analisar como a comunicação e a informação sobre a alimentação adequada e saudável vêm sendo realizadas; que orientações e valores são promovidos pelos diferentes canais de comunicação e profissionais, inclusive os de saúde, e como estas mensagens chegam e impactam nas mulheres e no restante da sociedade podem contribuir com processos de desnaturalização e transformações.

REFERÊNCIAS

1. High Level Panel of Experts. Nutrition and food systems: A report by the High-Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. Committee on World Food Security. Rome, 2017. [citado 2021 setembro 10]. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i7846e/i7846e.pdf>
2. Global Nutrition Report: Action on Equity to end Malnutrition. Bristol, UK: Development Initiatives, 2020. [citado 2021 setembro 10]. Disponível em: <https://globalnutritionreport.org/reports/2020-global-nutrition-report/>
3. Espinoza PG, Egadã D, Masferrer D, Cerda R. Propuesta de un modelo conceptual para el estudio de los ambientes alimentarios en Chile. *Revista Panamericana de Salud Pública*. 2017;41:e169. doi: 10.26633/RPSP.2017.169
4. Turner C, Aggarwal A, Walls H, Herforth A, Drewnowski A, Coates J, et al. Concepts and critical perspectives for food environment research: A global framework with implications for action in low- and middle-income countries. *Global Food Security*. 2018;18:93–101. doi: 10.1016/j.gfs.2018.08.003
5. Certeau M, Giard L, Mayol P. *A invenção do cotidiano, Vol 2: Morar, Cozinhar* 12ª ed. Petrópolis: Editora Vozes; 2019.
6. Soares MD, Santos LA. Gênero, cuidado alimentar e saúde no âmbito doméstico: algumas reflexões. In: Strey MN, Verza F, Romani PF. *Gênero, Cultura e Família*. 1ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS; 2015.

7. Petrics H, Stamoulis K. Aspectos de gênero na segurança alimentar e nutricional urbana: o papel crítico dos ambientes alimentares nas cidades. *Revista de Agricultura Urbana*. 2020;(37):20-24.
8. Hirata, H. Comparando relações de cuidado: Brasil, França, Japão. *Estudos Avançados*. 2020;34:25-40. doi: 10.1590/s0103-4014.2020.3498.003
9. Soares MD, Coelho TCB. O cotidiano do cuidado infantil em comunidades rurais do Estado da Bahia: uma abordagem qualitativa. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*. 2008; 8(4):463-472. doi:10.1590/S1519-38292008000400012
10. Canuto R, Fanton M, Lira PIC. Iniquidades sociais no consumo alimentar no Brasil: uma revisão crítica dos inquéritos nacionais. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2019; 24:3193-3212. doi:10.1590/1413-81232018249.26202017
11. Turner C, Kalamatianou S, Drownowski A, Kulkarni B, Kinra S, Kadiyala S. Food environment research in low-and middle-income countries: a systematic scoping review. *Advances in Nutrition*. 2020;11(2):387-397.doi: 10.1093/advances/nmz031
12. Neve Kimberley; Hawkes C; Brock J; Spires M; Isaacs A; Squires CG et al. Understanding lived experience of food environments to inform policy: an overview of research methods. London: Centre for Food Policy, City, University of London.2021.
13. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa de Orçamentos Domiciliares: 2017-2018: Avaliação Nutricional da Disponibilidade Domiciliar de Alimentos no Brasil. IBGE: Rio de Janeiro, 2020. [citado 2021 setembro 10]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101704.pdf>
14. Rosenkranz, RR.; Dziewaltowski, DA. Model of the home food environment pertaining to childhood obesity. *Nutrition Reviews*. 2008; 66(3):123-140. doi:10.1111/j.1753-4887.2008.00017.x
15. Glanz K, Sallis JF, Saelens BE, Frank LD. Healthy nutrition environments: concepts and measures. *American journal of health promotion*. 2005;19(5):330-333. doi: 10.4278/0890-1171-19.5.330
16. Küchemann B, Bandeira LM, Almeida TMC. A categoria gênero nas ciências sociais e sua interdisciplinaridade. *Revista do CEAM*. 2015;3(1):63-81.
17. Tronto, JC. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso. In: Jaggar, AM.; Bord, SR. *Gênero, corpo, conhecimento*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos. 1997;186-203
18. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Outras Formas de Trabalho 2019. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. IBGE: Rio de Janeiro, 2020. [citado 2021 setembro 10]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_informativo.pdf

19. Rotenberg S, De Vargas S. Práticas alimentares e o cuidado da saúde: da alimentação da criança à alimentação da família. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*. 2004;4(1):85-94. doi:10.1590/S1519-38292004000100008.
20. Oliveira, MFB; Castro, IRR. Autonomia culinária: um modelo conceitual multinível de culinária doméstica saudável. *Cadernos de Saúde Pública*. 2022;38:PT178221. doi: 10.1590/0102-311XPT178221
21. Mills SDH, Wolfson JA, Wrieden WL, Brown H, White M, Adams J. Perceptions of 'home cooking': a qualitative analysis from the United Kingdom and United States. *Nutrients*.2020;12(1):198. doi:10.3390/nu12010198
22. Borges CA, Cabral-Miranda W, Jaime PC. Urban food sources and the challenges of food availability according to the Brazilian dietary guidelines recommendations. *Sustainability*. 2018;10(12):4643. doi:10.3390/su10124643
23. Bruschini, MCA. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*. 2007;37:537-572. doi:10.1590/S0100-15742007000300003
24. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. *Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica*, n.38, 2021. [citado 2021 setembro 10]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf
25. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. *Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica*, n. 41, 2019. [citado 2021 setembro 10]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf
26. Oliveira, TC, Czeresnia D, Vargas EP, Barros DC. Concepções sobre práticas alimentares em mulheres de camadas populares no Rio de Janeiro, RJ, Brasil: transformações e ressignificações. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*. 2018;22:435-446. doi:10.1590/1807-57622016.0807
27. Hirata H. O trabalho de cuidado. *Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos*. 2016;13(24):53-64
28. Collins, PH. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, p. 13-42, 2015.
29. Crenshaw, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*. 2002;10:171-188. doi:10.1590/S0104-026X2002000100011
30. González, L. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: Rios, F.; Lima, M. *Por um feminismo afro-latino-americano: Lélia González*. 1ª ed. São Paulo: Zahar; 2020.
31. Pinheiro L, Lira F, Rezende M, Fontoura N. Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2019. [citado 2021 setembro 10]. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9538/1/td_2528.pdf

32. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística (IBGE). Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38, 2018. [citado 2021 setembro 10]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf
33. Lelis CT, Teixeira KMD, Silva NM. A inserção feminina no mercado de trabalho e suas implicações para os hábitos alimentares da mulher e de sua família. Saúde em debate. 2012;36:523-532.
34. Abonizio J, Jimenez-Jimenez ML. Isso sim é comida de madame: um estudo sobre a relação entre práticas alimentares e mobilidade social ascendente. Revista Pós Ciências Sociais. 2018;15(29):209-232. doi:10.18764/2236-9473.v14n27p209-232
35. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN). Vigisan: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. [citado 2021 setembro 10]. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_AF_National_Survey_of_Food_Insecurity.pdf
36. Ferreira VA, Magalhães R. Práticas alimentares de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na perspectiva da promoção da saúde. Saúde e Sociedade. 2017;26:987-998. doi:10.1590/S0104-12902017170302
37. Swan E. Covid-19 foodwork, race, gender, class and food justice: an intersectional feminist analysis. Gender in Management: An International Journal. 2020;25:693-703. doi:10.1108/GM-08-2020-0257
38. Lopes CHAF, Jorge MSB, Machado ALG. A mulher e o cotidiano alimentar na família: significados e crenças. Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste. 2007;8(1):9-17.

Colaboradores

Silva GBL contribuiu com a participação na idealização do desenho de estudo e na redação do estudo. Recine E contribuiu com a participação na idealização do desenho de estudo e participação na revisão final e aprovação do manuscrito para submissão.

Conflito de Interesses: As autoras declaram não haver conflito de interesses.

Recebido: 06 de fevereiro de 2022

Aceito: 09 de janeiro de 2023